

TENDÊNCIAS EMERGENTES: UM ESTUDO DE REVISÃO SOBRE O RETORNO DO BRASIL AO MAPA DA FOME

EMERGING TRENDS: A REVIEW STUDY ON BRAZIL'S RETURN TO THE HUNGER MAP

TENDENCIAS EMERGENTES: UN ESTUDIO DE REVISIÓN SOBRE EL REGRESO DE BRASIL AL MAPA DEL HAMBRE

Ana Paula Garcia Fernandes dos Santos¹
Alisson David Silva²

Resumo

Este artigo aborda, através de pesquisa bibliográfica, a persistência da fome no Brasil, um país reconhecido pela sua importância como produtor de alimentos e com uma economia impulsionada pelo agronegócio. Apesar dos avanços tecnológicos e da produção agrícola em larga escala, a fome continua sendo um alarmante problema político que afeta especialmente mulheres negras e com baixa escolaridade. A insegurança alimentar ainda aflige uma grande parcela da população brasileira, e a pandemia da covid-19 exacerbou essa situação, resultando em um significativo retrocesso e findando no retorno do Brasil ao Mapa da Fome. Este artigo serve como ponto de partida para explorar as causas da fome, bem como suas implicações sociais, econômicas e políticas, com o objetivo de encontrar soluções que garantam o direito humano fundamental à alimentação adequada.

Palavras-chave: insegurança alimentar; fome; políticas públicas; segurança alimentar e nutricional.

Abstract

This article addresses, through bibliographical research, the persistence of hunger in Brazil, a country recognized for its importance as a food producer and with an economy driven by agribusiness. Despite technological advances and large-scale agricultural production, hunger remains an alarming political problem that especially affects black and low-educated women. Food insecurity still affects a large portion of the Brazilian population, and the covid-19 pandemic aggravated the situation, resulting in a significant setback that resulted in Brazil's return to the Hunger Map. This article serves as a starting point to explore the causes of hunger, as well as its social, economic and political implications, with the aim of finding solutions that guarantee the fundamental human right to adequate food.

Keywords: food insecurity; hunger; public policy; food and nutrition security.

Resumen

Este artículo aborda, a través de investigación bibliográfica, la persistencia del hambre en Brasil, un país reconocido por su importancia como productor de alimentos y con una economía impulsada por la agroindustria. A pesar de los avances tecnológicos y de la producción agrícola en gran escala, el hambre sigue siendo un alarmante problema político que afecta especialmente mujeres negras y con baja escolaridad. La inseguridad alimentaria aún aflige una gran parte de la población brasileña y la pandemia de la covid-19 exacerbó esa situación, resultando en un significativo retroceso y terminando en el regreso de Brasil al Mapa del Hambre. Este artículo sirve como punto

¹ Mestre em Alimentação e Nutrição pelo Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição da Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2022). Pós-graduada em Vigilância Sanitária e Controle de Qualidade Aplicado na Produção de Alimentos na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR, 2020). Graduada em Nutrição pela UFPR (2018). Atua como coordenadora do curso de gastronomia do Centro Universitário Internacional (UNINTER). É conselheira do Conselho Regional de Nutricionais da 8ª Região. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8589-3404>. E-mail: ana.fer@uninter.com.

² Doutorando do Programa de Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Alimentação e Nutrição pela UFPR (2020). Especialista em Nutrição Esportiva pela Faculdade Integrada Espírita (2018). Graduado em Nutrição pela Faculdade Integrada Espírita (2019) e em Agronomia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR, 2010). É professor do curso de Nutrição do Centro Universitário Internacional (UNINTER). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1134-8227>. E-mail: alisson.si@uninter.com.

de partida para explorar las causas del hambre, así como sus implicaciones sociales, económicas y políticas, con el objetivo de encontrar soluciones que garanticen el derecho humano fundamental a la alimentación adecuada.

Palabras clave: inseguridad alimentaria; hambre; políticas públicas; seguridad alimentaria y nutricional.

1 Introdução

A fome no Brasil é um problema complexo, enraizado em desigualdades sociais e econômicas. Apesar de o Brasil ser um grande produtor agrícola e possuir recursos naturais abundantes, milhões de brasileiros enfrentam a insegurança alimentar. Fatores estruturais, como: concentração de terras; falta de investimentos na agricultura familiar; desigualdade de renda; e precariedade dos serviços públicos contribuem para perpetuar esse problema (Luciano; Correa, 2022).

A pandemia da covid-19, de 2020 a 2023, piorou a incidência da fome no Brasil. Revelou-se uma situação semelhante à de 2004, quando programas sociais de segurança alimentar foram implementados (Alpino *et al.*, 2020). Isso não se deve apenas à crise sanitária, mas também ao enfraquecimento das políticas de segurança alimentar e nutricional, culminando na limitação da capacidade de resposta diante dos desafios impostos pela pandemia (Brito; Baptista, 2021).

Em 2022, mais de 60 milhões de brasileiros enfrentaram insegurança alimentar, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Isso representa aproximadamente três em cada dez habitantes do Brasil. Além disso, no mesmo ano, o país voltou a integrar o Mapa da Fome da ONU (FAO, 2022). O Mapa da Fome é uma ferramenta que identifica áreas e populações com altos níveis de insegurança alimentar e desnutrição, considerando indicadores socioeconômicos como disponibilidade de alimentos, acesso a recursos alimentares, renda e pobreza (Machado; França; Rangel, 2021).

Compreender os fatores que levaram o Brasil a retornar ao Mapa da Fome é fundamental para desenvolver novas políticas públicas, proteger os direitos e monitorar a segurança alimentar e nutricional. Assim, o objetivo deste artigo é realizar uma revisão bibliográfica e documental para compreender o retorno do Brasil ao Mapa da Fome, considerando o contexto atual do país.

2 A temática da fome no Brasil

De acordo com Mota e Lara (2022), a desigualdade e a fome são fenômenos intrínsecos ao desenvolvimento do capitalismo. A conjuntura brasileira atual reflete determinações históricas relacionadas à relação contraditória entre o crescimento da riqueza e a pauperização.

A crise capitalista e a crise sanitária agravaram esses processos, resultando na deterioração das conquistas civilizacionais. Porém, ressalta-se que o tema da fome não é algo atual — este cenário tem sido constante ao longo da história.

Encontramos relatos desde aspectos religiosos presentes na Bíblia Sagrada, como em Gênesis 12:10-11, até eventos marcantes, como a Grande Fome, que, juntamente com a peste e a guerra, é considerada por muitos historiadores como parte da trilogia da crise feudal. Nesse contexto, a história revela que a fome no sistema feudal estava relacionada principalmente à densidade populacional excedendo a capacidade de produção de alimentos devido às técnicas agrícolas rudimentares, além de outros fatores como condições climáticas adversas que afetaram as colheitas e aumentaram os preços dos alimentos, não podemos atribuir às mesmas causas o fenômeno da fome na sociedade capitalista (Azevedo, 2023).

No contexto brasileiro, é importante ressaltar a relevância dos estudos pioneiros realizados por Josué de Castro na década de 1930. Essas pesquisas desempenharam um papel crucial ao evidenciar a estreita relação entre a fome e a pobreza, indo além da mera escassez de alimentos. No entanto, apesar do reconhecimento dessa problemática, as estratégias de combate à fome foram amplamente limitadas devido aos conflitos de interesse entre governos, interesses de mercado e organizações internacionais, que priorizavam o desenvolvimento econômico e a modernização agrícola. É relevante ressaltar que a atuação de Josué de Castro nas Nações Unidas impulsionou um debate crescente em nível internacional, enfatizando a necessidade de adotar abordagens multidimensionais para assegurar níveis adequados de segurança alimentar para todas as populações (Pimentel, 2022).

No período compreendido entre 1930 e 1963, o Brasil passou por um intenso processo de urbanização e industrialização, enfrentando diversos desafios relacionados à fome, conforme apontado pela pesquisa realizada por Vasconcelos (2005). Durante o regime do Estado Novo, foram implementadas medidas no intuito de combater esse problema, como a criação do salário-mínimo, do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e da Comissão Nacional de Alimentação (CNA).

O objetivo do salário-mínimo era garantir uma remuneração justa para os trabalhadores. No entanto, ao longo do tempo, ficou evidente que o valor estabelecido não era suficiente para suprir suas necessidades básicas. A ração essencial mínima foi estabelecida como um parâmetro para uma alimentação adequada, porém, o valor do salário-mínimo não era adequado para adquirir a quantidade necessária de alimentos para atingir essa referência. Além disso, os reajustes salariais ficaram abaixo do custo de vida, exigindo que os trabalhadores dedicassem mais tempo para garantir uma alimentação adequada (Abrandh, 2013).

De acordo com Veloso, Villela e Giambiagi (2008), após um período recessivo que durou de 1962 a 1967, o Brasil experimentou uma retomada do crescimento econômico entre 1968 e 1974, conhecida como o "milagre brasileiro", com taxas anuais de crescimento superior a 11%. No entanto, ao final de 1974, os indicadores econômicos sinalizaram o esgotamento desse padrão de acumulação, com queda do Produto Interno Bruto (PIB) e o aumento da concentração de renda. Durante estes anos, apesar do agravamento das condições de pobreza e fome no país, programas foram desenvolvidos para proteger grupos vulneráveis à desnutrição, combater a pobreza e promover a redistribuição de renda.

A transição para a Nova República, com a eleição de Tancredo Neves em 1985, trouxe esperanças de resolver os problemas nacionais e resgatar ideais de justiça social e liberdade política. No entanto, nos últimos anos dessa fase (1987 a 1989), as prioridades sociais foram deixadas de lado devido aos planos econômicos de estabilização. Ainda assim, cinco programas de alimentação e nutrição continuaram em funcionamento. Em seguida, no ano de 1990, um representante da indústria de nutrição foi nomeado para presidir o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), priorizando os interesses dos produtores de alimentos formulados em detrimento dos alimentos básicos (Domingues, 2016). Posteriormente, outro marco de extrema importância para o país ocorreu em 1993, ano em que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) foi instituído para assessorar o governo na formulação de propostas e ações contra a fome e a miséria no Brasil (Vasconcelos, 2005).

Durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), foram implementadas importantes políticas de combate à fome. Além da aprovação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que estabeleceu diretrizes para a promoção da segurança alimentar e nutricional no país, foi criado o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde, conhecido como Bolsa Alimentação. Esse programa visava garantir um suporte financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de assegurar o acesso à alimentação adequada (Brasil, 2012).

Em seguida, em 2001, foi elaborado o Projeto Fome Zero, que se tornou uma das bases do Programa Fome Zero lançado em 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse programa abrangente tinha como objetivo principal erradicar a fome no Brasil, adotando medidas como a distribuição de alimentos, o fortalecimento da agricultura familiar, a promoção da educação alimentar e a implementação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. O Programa Fome Zero representou um marco na história do combate à fome no país, mobilizando esforços e recursos para enfrentar essa grave questão social (Yazbek, 2003).

Conforme estudo de Vasconcelos *et al.* (2019), o governo de Luiz Inácio Lula da Silva iniciou com grande expectativa devido ao lançamento do Programa Fome Zero. No primeiro ano de governo, os programas de transferência condicionada de renda foram unificados, resultando na criação do Programa Bolsa Família. Este programa estabeleceu metas de curto, médio e longo prazos, incluindo o acesso a serviços públicos como saúde, educação e assistência social; o combate à fome e à pobreza; a promoção de políticas de SAN; a garantia do pleno exercício da cidadania e a emancipação das famílias mais vulneráveis; e a busca pela integração e sinergia das ações sociais do governo. O programa se tornou o maior programa de transferência de renda do mundo, absorvendo a maior parte dos recursos destinados à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Até o final de 2010, o programa beneficiou cerca de 12,8 milhões de famílias brasileiras, com transferências anuais de R\$ 14,4 bilhões.

Aparentemente, pode-se observar que, enquanto o governo de Lula tinha como foco o combate à fome, no primeiro mandato de Dilma, eleita presidente do Brasil em 2010, o foco passou a ser o combate à pobreza extrema, representado pelo lançamento do Programa Brasil Sem Miséria. A luta contra a fome e a miséria foram temas centrais nas políticas sociais, incluindo as políticas de alimentação e nutrição, que desempenharam um papel importante na geração de consenso e legitimidade durante as administrações do Partido dos Trabalhadores. Durante seus anos de mandato, foram implementadas ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, aumento do valor do Bolsa Família e melhorias nos programas de alimentação escolar. O governo alcançou sucesso ao reduzir significativamente o número de brasileiros vivendo em extrema pobreza.

Após a eleição de Jair Bolsonaro e o início do seu mandato como presidente do Brasil em 2019, o foco das políticas públicas no combate à fome se mostrou diferente do que nos governos anteriores. Suas políticas não demonstram intenção de combater as desigualdades sociais e aprofundaram o problema da fome no país. No estudo de Luciano e Correa (2022), fica claro que o governo privilegiou o agronegócio em detrimento dos pequenos produtores, reduzindo o orçamento destinado à Segurança Alimentar e ao combate à fome. Medidas como a Lei do Agro e o Plano Safra direcionaram recursos e benefícios para o agronegócio em vez da agricultura familiar, que é responsável pela produção dos alimentos consumidos pela população.

Como agravante, durante o governo de Jair Bolsonaro, o Brasil se deparou com a pandemia da covid-19. Silva-Neto *et al.* (2023) afirmam que, com o início da pandemia, a população vulnerável no Brasil foi gravemente afetada devido às restrições e consequências

econômicas. Isso resultou no aumento da insegurança alimentar, afetando a disponibilidade e qualidade dos alimentos, e prejudicando a saúde dos indivíduos. A situação também se refletiu globalmente, com um aumento significativo do número de pessoas sem acesso adequado à alimentação e um aumento da fome.

No Brasil, milhões de pessoas enfrentaram insegurança alimentar em diferentes graus, com milhões em situação de fome. Para enfrentar essa situação, foram implementadas várias estratégias, como doação de cestas básicas e refeições, reestruturação do Programa de Aquisição de Alimentos e distribuição de alimentos por meio de programas de segurança alimentar e nutricional. Ainda, foi lançado o Auxílio Emergencial, um programa de transferência de renda destinado a ajudar a população mais afetada pela crise. Após pressão da sociedade civil e parlamentares, o valor do benefício foi aumentado para R\$ 600 (Marins *et al.*, 2021).

Por fim, Machado e Garcia (2022) afirmam que, no contexto político brasileiro atual, com o enfraquecimento das políticas de proteção social e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a saúde e nutrição da população vulnerável estão em grave deterioração. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) exemplifica esse enfraquecimento. A análise crítica da origem da Segurança Alimentar revela sua associação com momentos históricos e instituições relevantes. Durante as guerras mundiais, a ênfase era na capacidade de os países produzirem seus próprios alimentos. Após a criação da ONU, a atenção voltou-se para a disponibilidade adequada de alimentos. A Revolução Verde surgiu com o objetivo de aumentar a produção agroindustrial por meio de variedades genéticas, insumos químicos e técnicas intensivas de cultivo. No entanto, apesar desse aumento, o número de pessoas famintas não diminuiu, evidenciando a falta de acesso garantido aos alimentos.

3 Mapeando a Insegurança Alimentar e Nutricional

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros, assegurando-lhes o acesso regular e saudável aos alimentos, levando em consideração a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental, econômica e social. Infelizmente, apesar desse princípio, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) ainda persiste em nosso país, sendo causada principalmente pela falta de acesso adequado aos alimentos, que está intrinsecamente ligada a questões de renda e desigualdade social. A existência da IAN compromete a saúde e o bem-estar das pessoas, impedindo-as de obter uma alimentação adequada e nutritiva (Oliveira *et al.*, 2022).

No atual contexto de crises políticas e socioeconômicas, torna-se cada vez mais evidente a estreita relação entre insegurança alimentar e economia. Aumentos acelerados nos preços dos alimentos e o crescimento do desemprego estão contribuindo para agravar a insegurança alimentar, acentuando ainda mais os problemas enfrentados pela população brasileira. Em 2020, a Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN) realizou um inquérito populacional para avaliar a situação da insegurança alimentar no país. Com a pandemia da covid-19 impactando a sociedade brasileira, as condições de vida e trabalho, que já eram precárias, foram agravadas pelas fragilidades existentes no sistema de proteção social do país. Como resultado, a pandemia destacou as profundas desigualdades sociais e econômicas, resultando em uma situação de fome e pobreza generalizada entre a população (Bezerra *et al.*, 2020).

Esses desafios exigem medidas urgentes para fortalecer o sistema de proteção social e combater a insegurança alimentar, garantindo que todos os brasileiros tenham acesso adequado a alimentos saudáveis e nutritivos. Para isso, possuir dados sobre a insegurança alimentar no país é fundamental no planejamento e monitoramento de ações. Neste sentido, no Brasil, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) foi desenvolvida como um instrumento para mensurar a insegurança alimentar. Essa escala é aplicada por meio de um questionário aos responsáveis familiares e classifica a insegurança alimentar em níveis leve, moderado e grave. O IBGE incluiu a EBIA na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2004, com o objetivo de obter um diagnóstico nacional da situação e combater a insegurança alimentar (Pedraza; Sales, 2014).

De acordo com Silva *et al.* (2022), a EBIA tem sido reconhecida como um indicador sensível para identificar famílias em risco de insegurança alimentar. A medida direta da segurança alimentar por meio dessa escala é considerada um importante indicador para o monitoramento da iniquidade social, podendo complementar outros indicadores sociais ou ser utilizado de forma isolada para identificar grupos com vulnerabilidade social. A compreensão da natureza dinâmica da insegurança alimentar e seus três componentes básicos — disponibilidade, acesso e utilização biológica dos alimentos — requer análises que considerem a subsistência, a vulnerabilidade e as estratégias de gestão de risco.

Além da EBIA, outra abordagem para coletar dados sobre a insegurança alimentar é o uso de mapas temáticos. Esses mapas são ferramentas gráficas que auxiliam na visualização, distribuição e análise espacial dos territórios relacionados à SAN no Brasil. A criação desses mapas temáticos tem como objetivo retratar, de forma qualitativa e quantitativa, os parâmetros relacionados à SAN. O enfoque principal é garantir o direito humano à alimentação adequada,

combatendo a pobreza e a fome, que são consideradas manifestações da questão social. Neste sentido, a transdisciplinaridade desempenha um papel fundamental no desenvolvimento desses mapas temáticos, envolvendo profissionais de diferentes áreas para uma compreensão mais completa da complexidade do ato de se alimentar e para garantir o respeito aos direitos fundamentais relacionados à SAN. Há, ainda, que ressaltar que a falta de produtos cartográficos nacionais e regionais que representem o acesso aos alimentos é uma lacuna no planejamento territorial (Rodrigues; Oliveira; Kauchakje, 2023).

Como exemplo de mapeamento, o Mapa da Fome da ONU e FAO é amplamente reconhecido como uma referência global significativa. Sua publicação, com mais de 50 anos de existência, e classifica os países com base no nível de fome em suas populações. Até 2017, uma escala de 5% a 35%, representada por cores distintas, era utilizada para essa classificação. No caso do Brasil, em 2014, o país apresentava um índice inferior a 5%. A partir de 2018, uma nova metodologia foi adotada, baseada nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU), trazendo consigo uma escala de cores modificada. Apesar de haver indícios internos de que o Brasil tenha voltado a ser incluído no mapa da fome, a publicação o classificou como tendo baixo risco de subnutrição para o ano em questão (Filho; Freitas, 2021).

Ainda, o Mapa da Fome adotou uma nova metodologia baseada nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU) a partir de 2018, em parceria com o World Food Programme (WFP). Houve mudanças na escala de cores para representar a subnutrição, mas mesmo com indícios internos do retorno do Brasil ao mapa da fome, o país foi classificado como de baixo risco para a subnutrição naquele ano. Em 2021, o Mapa da Fome passou a identificar *hotspots* de insegurança alimentar e nutricional devido aos impactos da pandemia de covid-19 nas demandas alimentares. A nova metodologia busca um acompanhamento mais detalhado para detectar áreas ameaçadas pela fome antecipadamente (Jaime, 2020).

4 A Retomada dos programas sociais no combate à fome

Durante as eleições de 2022, vários setores populares se mobilizaram para incluir suas propostas nas prioridades programáticas. A mídia destacou a situação alarmante de 33 milhões de pessoas passando fome e enfrentando inflação nos alimentos. A sociedade civil organizada exigiu compromissos claros para superar essa situação e permaneceu ativa durante a transição. No final de 2022, havia expectativas de que o Brasil saísse do Mapa da Fome e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) fosse reinstalado (Recine, 2023).

Em fevereiro de 2023, período inicial do retorno do Partido dos Trabalhadores à presidência, o Consea foi restabelecido por meio da Medida Provisória nº 1.154/2023, resultando na criação dos Ministérios da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas, além da restauração do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. A cerimônia de reinstalação reafirmou o compromisso de acabar com a fome no Brasil, defendendo ações emergenciais, acesso a uma alimentação saudável, transferência de renda, criação de empregos, combate ao racismo e desigualdades de gênero e valorização do salário-mínimo (Silva *et al.*, 2023).

De acordo com o estudo de Recine (2023), na primeira plenária do Consea após a reinstalação, foram discutidas medidas para enfrentar a situação do povo Yanomami e uma estratégia abrangente para superar a fome proposta pelo governo. Os principais eixos estratégicos definidos pelo Consea foram a implementação de medidas emergenciais para combater a fome, juntamente com ações que abordem as raízes das desigualdades no Brasil e a promoção da superação da fome por meio de uma alimentação saudável e adequada. A conferência nacional de segurança alimentar e nutricional, programada para ocorrer em dezembro de 2023, será responsável por elaborar propostas a serem enviadas ao governo para a criação do 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Neste sentido, ressalta-se que a busca por soluções duradouras para a erradicação da fome no Brasil requer a colaboração de governos, instituições, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral. Trata-se de um desafio complexo, mas fundamental para garantir a dignidade e o bem-estar de todos os brasileiros. No Brasil, é necessário avançar tecnicamente, politicamente e cientificamente na compreensão da relação entre o espaço geográfico da alimentação e o desenho territorial e institucional das ações de segurança alimentar e nutricional (SAN) (Albuquerque, 2009).

Diferentes áreas, como saúde coletiva, alimentação, nutrição, geografia, administração pública, serviço social e cartografia, devem unir esforços para compreender o território amplo e propor políticas nacionais de alimentação e nutrição. A descontinuidade das políticas, o contexto pós-pandêmico e o avanço do neoliberalismo exigem uma abordagem política e gerencial focada na alimentação saudável da população brasileira (Ayres, 2023).

É importante lembrar que a fome é um fenômeno complexo, influenciado por diversos fatores culturais, naturais, políticos e econômicos. Nesse sentido, o mapeamento temático desempenha um papel crucial ao conectar teoria e prática nos sistemas agroalimentares, integrando conhecimentos científicos e saberes territoriais. A produção de artigos e documentos

que mapeiam a situação da alimentação e da fome no Brasil é fundamental para orientar decisões e políticas públicas (Sá Brito, 2023).

5 Considerações Finais

Garantir o direito humano fundamental à alimentação adequada requer uma abordagem holística que enfrente as desigualdades estruturais e promova um sistema alimentar sustentável e inclusivo. Somente com esforços coordenados e compromisso político será possível superar a fome e alcançar um futuro no qual todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, nutritiva e culturalmente apropriada.

Portanto, é essencial que o Brasil adote medidas urgentes para enfrentar os desafios da fome e da insegurança alimentar. Isso envolve a implementação de políticas públicas eficazes, o fortalecimento das parcerias entre governo, sociedade civil e setor privado, e a promoção de um sistema alimentar mais justo e sustentável. Somente dessa forma poderemos construir um país onde todos os cidadãos tenham a oportunidade de desfrutar do direito básico à alimentação adequada e contribuir para um futuro mais justo e próspero para todos.

O momento atual, nacional e global, requer o aprofundamento da representatividade social e da articulação intersetorial, considerando os problemas e desafios históricos com os saberes do presente. É necessário lutar contra as desigualdades, defender os direitos sociais, SUS e a democracia, mantendo a esperança e enfrentando os desafios com determinação.

Referências

ABRANDH. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional** / organizadora, Marília Leão. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.

ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 22, n. 6, p. 895-903, nov./dez., 2009.

ALPINO, T. M. A. *et al.* COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 8. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JfJpwMh9ZDrrsM9QG38VnBm/#>. Acesso em: 02 jul. 2023.

AYRES, J. R. DE C. M. A Saúde Coletiva e suas áreas: territórios ou aldeamentos? **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 27, p. e220520, 2023.

AZEVEDO, D. C. Vamos, sim, falar da fome! **R. Katál.**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 488-497, set.-dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86213>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BEZERRA, M. S. *et al.* Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 3833-3846, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018>. Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**, Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68 p.

BRITO, F. R. S. S.; BAPTISTA, T. W. F. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cad. Saúde Pública**, v. 37, n. 10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/QsKwnNkdFdDrbpBcVYGcYwz/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

DOMINGUES, J. M. A esquerda no nevoeiro: Trajetórias, desafios e possibilidades. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 35, n. 3, p. 85-101, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600030005>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021: Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all**. Rome: FAO, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb4474en>. Acesso em: 20 out. 2023.

FILHO, M. B.; FREITAS, D. L. Geografia da Fome: 75 anos. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, Recife, v. 21, n. 3, p. 695-696, jul./set., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93042021000300001>. Acesso em: 10 jun. 2023.

JAIME, P. C. Pandemia de COVID-19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2504. 2020.

LUCIANO, C. S.; CORREA, P. B. A fome como projeto político da burguesia antinacional brasileira. **R. Katál.**, Florianópolis, v.25, n. 3, p. 478-487, set./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86244>. Acesso em: 1º jul. 2023.

MACHADO, A. L.; FRANÇA, A. B.; RANGEL, T. L. V. Carestia, mapa da fome e o agravamento da insegurança alimentar e nutricional em tempos de pandemia: o retrocesso brasileiro na política de combate à fome. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 8, n. 24, p. 87-101, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/512>. Acesso em: 5 jul. 2023.

MACHADO, L. S.; GARCIA, E. L. Covid-19 e a fome: reflexões sobre um futuro agroecológico. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 426-437, jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E228>. Acesso em: 6 jul. 2023.

MARINS, M. T. *et al.* Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Revista Sociedade e Estado**, v. 36, n. 2, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020013>. Acesso em: 1º jun. 2023.

- MOTA, A. E.; LARA, R. Desigualdade, fome e produção de alimentos. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 437-442, set./dez. 2022. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e89701>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- OLIVEIRA, A. S. B. *et al.* Monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional: um olhar sobre as publicações oficiais. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 27, n. 2, fev. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022272.41332020>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- PEDRAZA, D. F.; SALES, M. C. (In)segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de um indicador do problema e experimentação em famílias da Paraíba, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 79-88, jan./jun. 2014.
- PIMENTEL, B. N. **Saúde coletiva**: uma construção teórico-prática permanente 2. Ponta Grossa: Atena, 2022.
- RECINE, E. G. I. G. O Consea voltou! Ou como resistir em tempos desafiadores. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6. jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT086523>. Acesso em: 20 out. 2023.
- RODRIGUES, A. R.; OLIVEIRA, F. H.; KAUCHAKJE, S. Mapas, fome e planejamento territorial. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 32-42, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e88237>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- SÁ BRITO, F. R. Sistemas alimentares: para onde caminhamos e o que esperamos? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. e00028623, mar. 2023.
- SILVA, B. L. *et al.* Participatory construction of the food security agenda in Brazil: Interests and priorities from re-democratization to institutional dismantling. **Rev. Chil. Nutr.**, Santiago, v. 50, n. 1, p. 27-41, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-75182023000100027>. Acesso em: 20 out. 2023.
- SILVA, S. O. *et al.* A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar no desafio de desvendar iniquidades em grupos interseccionais: debate e agenda de pesquisa. **Cad. Saúde Pública**, online, v. 38, n. 10, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT178422>. Acesso em: 20 out. 2023.
- SILVA-NETO, L. G. R. *et al.* Avaliação da insegurança alimentar no contexto da COVID-19: associação com o auxílio emergencial e recebimento de doação de alimentos na população em vulnerabilidade social de uma capital do Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 721-730, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023283.12352022>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- VASCONCELOS, F. A. G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul./ago. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732005000400001>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- VASCONCELOS, F. A. G. *et al.* Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 32, p. e180161, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-9865201932e180161>. Acesso em: 5 jul. 2023.

VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221–246, abr./jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71402008000200006>. Acesso em: 26 jun. 2023.

YAZBEK, M. Z. Fome Zero: uma política social em questão. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 43-50, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000100007>. Acesso em: 25 jun. 2023.